



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS  
Inspeção Regional do Ambiente

Relatório INSP-2024-0013

BI-2024-0011

1 – Dados gerais

1.1 - Inspeção

Data: 01/03/2024 Hora: 13:30 Tipo: Ação Direta

Motivo da inspeção: Rotina

Inspetor responsável: António MR. Moutinho

Outros inspetores da IRA: João PRFB. Silva

Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 30.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2021/A, de 8 de julho.

A inspeção foi realizada sem acompanhamento no local, uma vez que o ecocentro não dispõe de controlo permanente (não vigiado).

*A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.*

1.2 – Empresa/entidade inspecionada

Firma/nome: Município de Angra do Heroísmo NIPC/NIF: 512044040

Sede/morada: Praça Velha, S/N

Código Postal: 9701-857 Freguesia: Sé

Concelho: Angra do Heroísmo Ilha: Terceira

1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

Nome: Ecocentro São Sebastião

Endereço: Canada do Riadoiro, S/N

Código Postal: 9700-601 Freguesia: Vila de São Sebastião

Concelho: Angra do Heroísmo Ilha: Terceira

Atividade principal: 84113 - Administração Local

Outras atividades: 81292-Outras actividades de limpeza, n.e..

Período de funcionamento: 24 horas/dia (não vigiado); 8:30 às 16:00 (Horário do Centro de Atendimento Integrado da CMAH).

Licenciamento da atividade: Alvará de Licença N.º 10/DRAAC/2022



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS  
Inspeção Regional do Ambiente

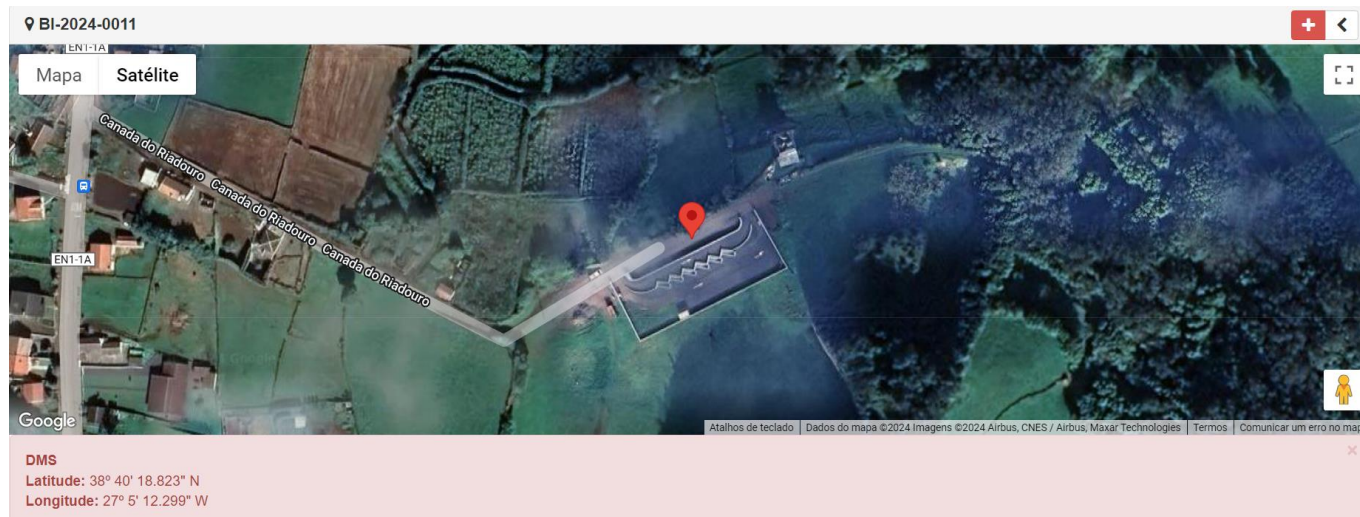


Figura 1.1: Localização do local inspecionado.

## 2 – Descrição do estabelecimento / atividade

A instalação é um ecocentro destinado á receção de resíduos urbanos ou equiparados, entregues diretamente pelos munícipes, que procedem à deposição diretamente nas respetivas áreas de armazenagem, acondicionados em sistemas de contentorização adequado. Posteriormente, o município procede ao seu encaminhamento para destino final adequado.

A instalação está delimitada e as áreas estão impermeabilizadas e dotadas de rede de drenagem.

## 3 – Água de consumo

### 3.1 – Consumo de água no estabelecimento

A água utilizada no estabelecimento é proveniente de: **A instalação ainda não está ligada à rede pública.**

- ☐ Rede pública ☐ Captação própria em DPH ☐ Captação própria em RH particulares

### 3.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao consumo de água

Relativamente às captações próprias verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Licenciamento prévio da utilização privativa dos recursos hídricos do domínio público.	Art.º 60.º Lei 58/2005	Não aplicável	
b) Autorização prévia da utilização de recursos hídricos particulares.	n.º 1 art.º 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
c) Comunicação prévia da captação de águas particulares quando os meios de extração não excedam os 5 cv.	n.º 4 art.º 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
d) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença / autorização.	n.º 1, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
e) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença / autorização.	n.º 2, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
f) Outras condições impostas pela licença ou autorização	TURH	Não aplicável	



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

## 4 – Águas residuais

### 4.1 – Produção, tratamento e rejeição de águas residuais

São produzidas águas residuais das tipologias assinaladas no quadro seguinte.

Tipologia de águas residuais	Origem	Sistema de tratamento	Meio recetor
<input type="checkbox"/> Urbanas	----	----	
<input type="checkbox"/> Industriais biodegradáveis abrangidas pelo art.º 28.º DLR 18/2009/A	----	----	
<input type="checkbox"/> Outro tipo de águas residuais industriais	----	----	

### Lamas de depuração resultantes do tratamento de águas residuais

☒ Não produz lamas de depuração

☐ Produz lamas de depuração, as quais têm o seguinte encaminhamento:

☐ Operador de gestão de resíduos;

☐ Valorização agrícola;

☐ Outro;

### 4.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao tratamento e rejeição de águas residuais e lamas de depuração

Relativamente ao tratamento e rejeição de águas residuais verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Autorização da descarga de águas residuais industriais nos sistemas públicos de drenagem.	Art.º 14.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
b) Licenciamento prévio da rejeição no domínio público ou particular dos recursos hídricos.	n.º 1, art. 60.º e n.º 2, art. 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
c) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença.	n.º 1, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
d) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença.	n.º 2, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
e) Comunicação, no prazo de 24 horas, de qualquer acidente ou anomalia grave no funcionamento da instalação com influência nas condições de rejeição.	n.º 6, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
f) Cumprimento de outros requisitos constantes da licença.	TURH	Não aplicável	
g) Encaminhamento das lamas de depuração para destino adequado ou autorizado.	Art.º 43.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
h) Realização de análises às lamas encaminhadas para valorização agrícola.	Art.º 48.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
i) Comunicação semestral de informação em matéria de produção de lamas.	Art.º 53.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

## 5 – Resíduos

### 5.1 – Resíduos recebidos/geridos

#### 5.1.1 – Admissão e registo de resíduos

O ecocentro está com os portões abertos 24 horas por dia. Não é efetuado controlo dos acessos. Registo dos resíduos efetuado pela entidade no ato do transporte para o destino final.

#### 5.1.2 – Tipologias de resíduos recebidos no estabelecimento

Tipologia de resíduos recebidos	Quantidade	Operações	Obs.
<input type="checkbox"/> Resíduos perigosos não urbanos	----	----	----
<input checked="" type="checkbox"/> Outros resíduos não urbanos	Não verificado.	----	----
<input type="checkbox"/> Resíduos hospitalares	----	----	----
<input checked="" type="checkbox"/> Resíduos urbanos	Não verificado.	----	----

#### 5.1.3 – Principais origens dos resíduos

Nome	Obs.
Não discriminado.	

#### 5.1.4 – Principais resíduos resultantes da atividade

LER	Designação	Quantidade	Destino
20 02 01	Resíduos biodegradáveis	Não verificado	TERAMB, EM.
20 03 07	Monstros	Não verificado	TERAMB, EM.
16 01 03	Pneus usados	Não verificado	TERAMB, EM.
17 09 04	Mistura de RCD's	Não verificado	TERAMB, EM.

### 5.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à produção e gestão de resíduos

#### 5.2.1 - Relativamente à produção e gestão dos resíduos no estabelecimento verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Separação dos resíduos na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras	n.º 5, art.º 11.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
b) Cumprimento do dever de assegurar a gestão dos resíduos por parte do produtor	Art.º 12.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
c) Cumprimento das normas de armazenagem e de triagem de resíduos	Art.º 33.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
d) Cumprimento das normas de gestão de resíduos perigosos	Art.º 40.º a 44.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
e) Cumprimento das normas de gestão de resíduos hospitalares	Art.º 45.º a 47.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
f) Cumprimento das normas de gestão de resíduos de construção e demolição	Art.º 48.º a 53.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
g) Cumprimento das normas sobre transporte rodoviário de resíduos.	Art.º 59.º e 60.º DLR 29/2011/A	Não cumprido	Com exceção dos RCD, os resíduos são transportados como urbanos, sem e-GAR.
h) Inscrição do estabelecimento no SRIR	Art.º 161.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
i) Submissão e preenchimento dos mapas de registo no SRIR	Art.º 167.º e 168.º DLR 29/2011/A	Não cumprido	Mapas de 2022 e 2023 não submetidos



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
j) Cumprimento das normas de gestão, armazenagem, reutilização e valorização de pneus usados	Art.º 24.º a 26.º DLR 24/2012/A	Cumprido	
k) Cumprimento das normas de gestão, recolha, armazenagem, reciclagem e valorização de óleos minerais usados	Art.º 28.º a 35.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
l) Cumprimento das normas de transporte, receção e desmantelamento de veículos em fim de vida	Art.º 38.º a 43.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
m) Cumprimento das normas de recolha, transporte e tratamento de Resíduos de Equipamento Elétricos e Eletrónicos (REEE)	DLR 24/2012/A e DL 152-D/2017	Não cumprido	Os REEE são depositados num contentor open-top, sem estar em local coberto.
n) Cumprimento das normas de armazenagem e tratamento de pilhas e acumuladores	Art. 51.º DLR 24/2012/A	Cumprido	
o) Cumprimento das normas de gestão de óleos alimentares usados	Art.º 53.º, 57.º e 58.º DLR 24/2012/A	Cumprido	
p) Cumprimento das normas relativas a movimento transfronteiriço de resíduos	Art.º 54.º e 53.º do DLR 29/2011/A e Reg. (CE) n.º 1013/2006	Não aplicável	

**5.2.2 – Relativamente aos requisitos técnicos mínimos das instalações de operação de gestão de resíduos e às condições impostas na licença para a realização de operações de gestão de resíduos verificou-se o seguinte:**

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) “Devem existir estruturas e dispositivos que impeçam o livre acesso à instalação, nomeadamente vedação e portão de entrada controlado, o qual se deve manter fechado fora das horas de funcionamento;”	Alvará OGR 10/DRAAC/2022	Cumprido parcialmente	O portão de entrada não é controlado.
b) “Deve ser disponibilizado um painel, afixado à entrada em lugar bem visível do exterior, onde consta, nomeadamente, a designação do operador e da instalação, os dias e horário de funcionamento da instalação e os contactos dos responsáveis pela instalação;”	Alvará OGR 10/DRAAC/2022	Cumprido parcialmente	Tem um painel que remete para o site da CMAH, no entanto no site não tem a informação.
c) “Devem ser previstas áreas de estacionamento e circuitos de movimentação específicos para as viaturas afetas às operações de gestão de resíduos;”	Alvará OGR 10/DRAAC/2022	Cumprido	
d) “Todas as áreas de gestão devem estar delimitadas e identificadas por tipologia ou fluxo de resíduos;”	Alvará OGR 10/DRAAC/2022	Cumprido	
e) “Os recipientes e áreas utilizados na armazenagem de resíduos devem ter a identificação dos resíduos por nome comum e código LER;”	Alvará OGR 10/DRAAC/2022	Cumprido parcialmente	Não tem identificação com código LER.
f) “Os resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos, devem ser armazenados num local coberto e em respeito no previsto no DLR nº152-D/2017 de 11 de dezembro, na sua redação atual;”	Alvará OGR 10/DRAAC/2022	Não cumprido	Os REEE são depositados num contentor open-top, sem estar em local coberto.
g) “O armazenamento dos resíduos deve ser efetuado sem empilhamento excessivo e de forma a não provocar danos para o ambiente nem para a saúde humana, prever o risco de incêndio ou explosão e respeitar todas as regras de segurança;”	Alvará OGR 10/DRAAC/2022	Cumprido	



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
h) “Devem estar registados os procedimentos adotados para o controlo de resíduos, devendo ser mantido um registo das saídas de resíduos e respetivo destino para efeitos de registo no SRIR;”	Alvará OGR 10/DRAAC/2022	Cumprido parcialmente	Registo dos procedimentos elaborado após ação inspetiva. Registo de saídas efetuada no ato do transporte.
i) “A instalação deve estar dotada de equipamento de combate a incêndios. Todos os extintores existentes devem estar validados e instalados em locais facilmente acessíveis e dotados da devida sinalética;”	Alvará OGR 10/DRAAC/2022	Cumprido parcialmente	Não tinha extintor.
j) “A instalação deve estar dotada de equipamento de contenção de derrames adequado às características físico químicas do resíduo;”	Alvará OGR 10/DRAAC/2022	Não aplicável	
k) “Deve ser assegurado que os resíduos encaminhados para a instalação, estão isentos de contaminantes, nomeadamente que lhes confirmam perigosidade;”	Alvará OGR 10/DRAAC/2022	Não verificado	
l) “Deve ser implementado um plano relativo aos procedimentos a adotar em caso de depósitos não controlado de resíduos;”	Alvará OGR 10/DRAAC/2022	Cumprido parcialmente	Consta do “Manual de funcionamento dos Ecocentros do Município de Angra do Heroísmo”
m) “Deve ser implementado um plano de minimização de elementos dispersos pelo vento e de proliferação de aves, vermes, roedores, insetos e outros animais. No que respeita à prevenção, controlo e redução de riscos associados à presença das espécies de roedores, devem ser tidas em conta as disposições do DLR nº31/2010/A de 17 de novembro;”	Alvará OGR 10/DRAAC/2022	Cumprido	
n) “Todos os colaboradores devem estar devidamente informados e sensibilizados para a execução das suas tarefas em respeito pelas normas legais aplicáveis.”	Alvará OGR 10/DRAAC/2022	Não verificado	

## 6 – Ruído (atividades ruidosas permanentes)

### 6.1 – Enquadramento do estabelecimento

Tipo de exposição humana na envolvente	Classificação da zona envolvente	Período de funcionamento do estabelecimento
Recetores sensíveis na envolvente.	Não classificada	24 h/dia

### 6.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente ao ruído

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de avaliação de impacte ambiental.	n.º 1 e 7 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	
b) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de licenciamento / autorização de instalação.	n.º 1 e 8 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	
c) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado através de outra avaliação acústica.	n.º 1 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

## 7 – Regimes específicos

### 7.1 – Estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental

Requisitos específicos aplicáveis a estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Submissão do RAA no prazo definido		Não aplicável	
b) Submissão do PRTR no prazo definido	Art.º 102.º a 104.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	
c) Cumprimento de outros requisitos impostos na licença ambiental ou declaração de impacte ambiental		Não aplicável	
d) Obrigação de possuir título de emissão de gases com efeito de estufa (atividades do anexo V)	Art.º 96.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	
e) Submissão do relatório relativo às emissões ocorridas no ano civil anterior, dentro do prazo – (instalações com título de emissão de gases com efeito de estufa)	n.º 3 do artigo 100.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	

### 7.2 – Roedores, invasores e comensais

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2012/A, de 17 de novembro:

- Recolha, transformação e tratamento de subprodutos e resíduos

Requisitos:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Boas práticas	Art. 5.º DLR 31/2010/A	Não verificado	Não foram detetadas estações rateiras na instalação.
b) Planos de controlo integrado de roedores	Art. 6.º DLR 31/2010/A	Não cumprido	Foi elaborado após a ação inspetiva.

### 7.3 – Responsabilidade ambiental

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho (de acordo com a listagem do anexo III, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março):

#### 2. Operador de gestão de resíduos

Requisitos:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Constituição de uma garantia financeira que lhe permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade desenvolvida.	Art. 22.º DL 147/2008	Não cumprido	

## 8 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram verificadas as seguintes infrações:

- O incumprimento das regras sobre transporte de resíduos (com exceção dos RCD, não emitem e-GAR para este estabelecimento), em violação do disposto nos artigos 59.º e 60.º do Decreto Legislativo Regional n.º



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

---

29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de contraordenação ambiental leve prevista na alínea mm) do n.º 1 do artigo 229.º do diploma citado;

2. O não preenchimento dentro do prazo dos mapas de registo de resíduos no SRIR (referentes aos anos de 2022 e 2023), bem como de outra informação prestada junto do referido sistema, de acordo com o estipulado no capítulo V do título II do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de contraordenação ambiental leve prevista na alínea h) do n.º 1 do artigo 229.º do diploma citado;
3. Incumprimento das Regras para o tratamento dos REEE's (armazenamento em local não coberto), em violação do disposto no n.º 2 artigo 61.º do Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, configurando assim a prática de contraordenação ambiental grave prevista na alínea ff) do n.º 2 do artigo 90.º do diploma citado;
4. O incumprimento, pelo operador de gestão de resíduos, dos termos e condições constantes do respetivo título, o que viola o disposto no n.º 4 do artigo 91.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de contraordenação ambiental grave prevista na ii) do nº 2 do art.º 229.º do diploma citado. Condições fixadas no n.º 4 do Alvará de Licença para a realização de Operações de Gestão de Resíduos nº 10/DRAAC/2022:
  - a. *“Devem existir estruturas e dispositivos que impeçam o livre acesso à instalação, nomeadamente vedação e portão de entrada controlado, o qual se deve manter fechado fora das horas de funcionamento”;*
  - b. *“Deve ser disponibilizado um painel, afixado à entrada em lugar bem visível do exterior, onde consta, nomeadamente, a designação do operador e da instalação, os dias e horário de funcionamento da instalação e os contactos dos responsáveis pela instalação”;*
  - e. *“Os recipientes e áreas utilizados na armazenagem de resíduos devem ter a identificação dos resíduos por nome comum e código LER”;*
  - f. *“Os resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos, devem ser armazenados num local coberto e em respeito no previsto no DLR nº152-D/2017 de 11 de dezembro, na sua redação atual”;*
  - h. *“Devem estar registados os procedimentos adotados para o controlo de resíduos, devendo ser mantido um registo das saídas de resíduos e respetivo destino para efeitos de registo no SRIR”;*
  - i. *“A instalação deve estar dotada de equipamento de combate a incêndios. Todos os extintores existentes devem estar validados e instalados em locais facilmente acessíveis e dotados da devida sinalética”.*
5. A não implementação de um plano de controlo de roedores, em violação do disposto no artigo n.º 6 do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2010/A, de 17 de novembro, em conjugação com a Portaria n.º



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

32/2015, de 13 de março, configurando assim a prática de contraordenação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2010/A, de 17 de novembro;

6. A não constituição de garantia financeira que permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade, em violação do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei nº 147/2008, de 29 de julho, configurando assim a prática de contraordenação ambiental muito grave prevista na alínea f) do n.º 1 do artigo 26.º do diploma citado.

## 9 – Indicações e medidas adotadas

### Indicações transmitidas:

---

### Medidas adotadas:

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☐ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☒ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☒ Outra: Envio à DRAAC para conhecimento, enquanto entidade licenciadora da atividade de OGR.